

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Itutinga S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO	3
AMBIENTE REGULATÓRIO	4
Relatório do Auditor Independente Demonstrações Financeiras	10
BALANÇOS PATRIMONIAIS	13
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	15
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	16
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	18
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	 19
1. CONTEXTO OPERACIONAL	19
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	20
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	25
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	25
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	26
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	27
8. IMOBILIZADO	27
9. INTANGÍVEL	28
10. FORNECEDORES	30
11. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	30
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	31
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
14. RECEITA LÍQUIDA	33
15. CUSTOS E DESPESAS	35
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	36
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	36
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	39
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	41
 PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	 47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA

A Cemig Geração Itutinga S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Possui capacidade instalada de 52 MW e volume de geração de 163.670 MWh.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$151.309 mil, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Itutinga S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$1.229 mil, desse montante destaca-se a ampliação da SE Itutinga.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024. Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia.

No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA. O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

Companhia obteve um resultado de R\$47.951 mil em 2024, em comparação ao resultado de R\$42.994 mil em 2023, um aumento de 11,53% impactado, principalmente, pela receita de Suprimento Cotas- Geração Própria.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA foi de R\$49.131 mil comparativamente aos R\$43.141 mil em 2023. A margem do LAJIDA foi de 84,27% no exercício de 2024 (80,90% em 2023), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024	2023	Var. %
Resultado Líquido	47.951	42.994	11,53
Despesa de IR e CS	2.627	2.724	(3,56)
Depreciação/Amortização	628	541	16,08
Resultado Financeiro	(2.075)	(3.118)	(33,45)
LAJIDA (1)	49.131	43.141	13,88

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita Operacional

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Itutinga, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – ME – UHE Itutinga, celebrado em 8 de junho de 2016. O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas.

A Companhia tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2024 foi de R\$30.329 mil, em comparação a R\$28.355 mil em 2023. A variação da receita refere-se, principalmente, ao aumento das transações com energia na CCEE, onde apresentou um aumento das sobras de energia no balanço em 2024. Um contrato de venda foi concluído em dez/23 e não houve nova contratação em 2024, ficando sobras a serem liquidadas na CCEE.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$32.116 mil em 2024 (R\$29.632 mil em 2023), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão. Em 2024 o IPCA foi de 4,83% (4,62% em 2023).

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$9.802 mil em 2024 (R\$10.727 mil em 2023), redução de 0,91% decorrente, principalmente, de menor despesa com compra de energia para revenda.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$2.627 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 5,19% em relação ao lucro antes dos impostos de R\$50.578 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.724 mil, representando 5,96% em relação ao lucro de R\$45.718 mil antes dos efeitos fiscais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$47.951 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.398 mil para constituição de reserva legal;
- R\$22.777 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$22.776 mil para constituição de reserva especial, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma o saldo das reservas de retenção de lucros.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei

14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;
- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONS-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova

Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Itutinga S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Itutinga S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Itutinga S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

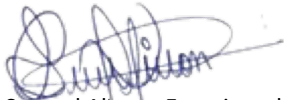
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)
ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.519	2.144
Títulos e valores mobiliários	4	3.261	4.353
Consumidores e revendedores	5	6.258	4.753
Ativo financeiro da concessão	6	24.022	22.978
Tributos compensáveis	7	47	342
Outros ativos		-	5
TOTAL DO CIRCULANTE		35.107	34.575
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	1.230	-
Tributos compensáveis	7	862	508
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		53	15
Ativo financeiro da concessão	6	187.120	180.784
Imobilizado	8	12.040	10.997
Intangível	9	6.869	7.110
Direito de uso		283	423
Outros ativos		49	97
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		208.506	199.934
ATIVO TOTAL		243.613	234.509

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)
PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.074	1.172
Encargos regulatórios	11	325	776
Impostos, taxas e contribuições	12	424	321
Imposto de renda e contribuição social	17	534	437
Dividendos a pagar	13	22.777	20.422
Convênio de compartilhamento		317	408
Passivo de arrendamento		94	96
TOTAL DO CIRCULANTE		26.545	23.632
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	11	1.004	322
Impostos, taxas e contribuições	12	2.075	1.538
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.687	1.451
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	17
Passivo de arrendamento		214	343
Outros passivos		8	4
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.988	3.675
TOTAL DO PASSIVO		31.533	27.307
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital Social		151.309	151.309
Reserva de Lucros		60.771	55.893
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		212.080	207.202
PASSIVO TOTAL		243.613	234.509

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	14	58.305	53.328
CUSTOS	15		
Custos com energia elétrica		(354)	(1.161)
Custos de operação		(7.172)	(6.940)
		(7.526)	(8.101)
LUCRO BRUTO		50.779	45.227
DESPESA	15		
Despesas Gerais e Administrativas		(2.274)	(1.882)
Outras Despesas		(2)	(745)
		(2.276)	(2.627)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos tributos sobre o lucro		48.503	42.600
Receitas Financeiras	16	2.204	3.242
Despesas Financeiras	16	(129)	(124)
		2.075	3.118
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		50.578	45.718
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	17c	(2.391)	(2.646)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17c	(236)	(78)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		47.951	42.994

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	47.951	42.994
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	47.951	42.994

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	151.309	13.025	45.300	-	209.634
Pagamento de dividendos obrigatórios 2021	-	-	(23.877)	-	(23.877)
Aprovação de dividendos adicionais propostos 2022	-	-	(1.127)	-	(1.127)
Resultado do Exercício	-	-	-	42.994	42.994
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	2.150	-	(2.150)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(20.422)	(20.422)
Reservas de retenção de lucros	-	-	20.422	(20.422)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	151.309	15.175	40.718	-	207.202
Resultado do exercício	-	-	-	47.951	47.951
Aprovação de dividendos adicionais 2022	-	-	(20.296)	-	(20.296)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	2.398	-	(2.398)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(22.777)	(22.777)
Reservas de retenção de lucros	-	-	22.776	(22.776)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	151.309	17.573	43.198	-	212.080

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	47.951	42.994
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 17 c)	2.627	2.724
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 6)	(32.116)	(29.632)
Depreciação (Nota 15)	565	472
Amortização direito de uso (Nota 15)	63	69
Juros Passivo de Arrendamento (Nota 16)	24	27
Juros e variações monetárias	(2.051)	(3.070)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 14)	(17)	(13.146)
Variações monetárias	-	(103)
	17.046	335
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	(1.505)	588
Ativo Financeiro da Concessão (Nota 6)	24.736	23.853
Tributos Compensáveis (Nota 7)	(472)	(674)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(38)	(15)
Outros ativos	131	(452)
	22.852	23.300
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	902	(116)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 12)	640	263
Encargos regulatórios (Nota 11)	231	128
Convênio de compartilhamento (18)	(91)	408
Outros passivos	(74)	(32)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	41.506	24.286
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(1.881)	(1.792)
Juros de arrendamentos pagos	(24)	27
Juros Recebidos	1.990	3.038
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	41.591	25.559
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(43.368)	(28.756)
Resgates em títulos e valores mobiliários	43.292	52.399
Fundos vinculados	-	2
Em imobilizado (Nota 8)	(1.346)	(5.392)
	(1.422)	18.253
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.422)	18.253
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(40.718)	(46.427)
Arrendamentos pagos	(76)	(88)
	(40.794)	(46.515)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(40.794)	(46.515)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(625)	(2.703)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.144	4.847
Caixa e Equivalentes de caixa no fim no exercício (Nota 3)	1.519	2.144
	(625)	(2.703)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.846/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Itutinga da Cemig GT para a Cemig Geração Itutinga S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Itutinga possui 52 MW de potência instalada e 26,6 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.353, de 23/07/2024. A companhia possui 30% da garantia física comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Itutinga, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Esta demonstração financeira é apresentada em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 9 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

2.5. Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Não há impactos materiais ou relevante nas políticas contábeis já adotadas pela Companhia diante dessas alterações.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez. A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações ao CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos. Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações de escopo restrito foram feitas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a. a		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Contas Bancárias				64	58
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (1)	CDI	-	99%	-	103
Overnight (2)	Pré-fixada	11,91 a 12,15%	11,42 a 11,65%	1.455	1.983
TOTAL				1.519	2.144

- (1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	103 a 104,3%	-	416
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,7 a 113,51%	108,6 a 111,98%	2.553	2.683
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	10,72% a 10,85	11,38 a 11,85%	662	1.210
Debêntures	CDI	TR + 1,00 a 122,90	TR + 1,00 a 118,69%	46	44
				3.261	4.353
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,7% a 113,51%	-	1.230	-
				4.491	4.353

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	SalDOS a Vencer		SalDOS Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	2024	2023
Suprimento a Outras Concessionárias	-	4.092	-	-	-	4.092	3.938
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	1.613	553	-	-	2.166	815
Total	-	5.705	553	-	-	6.258	4.753

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é

efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Itutinga, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016, a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Itutinga para a Companhia, Sociedade de Propósito Específico – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos. Para os exercícios 31 de dezembro de 2024 e 2023, a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	203.762	197.983
Recebimentos	(24.736)	(23.853)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	32.116	29.632
Saldo final	211.142	203.762
Circulante	24.022	22.978
Não Circulante	187.120	180.784

Política contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 2.5.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
ICMS	110	285
Pis/Pasep e Cofins	799	565
Total	909	850
Circulante	47	342
Não Circulante	862	508

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		8.673	(897)	7.776	8.530	(594)	7.936
Obras civis, benfeitorias e edificações	4,00	47	(8)	39	47	(7)	40
Máquinas e equipamentos	3,50	8.626	(889)	7.737	8.483	(587)	7.896
Em curso		4.264	-	4.264	3.061	-	3.061
Ativos em curso		4.264	-	4.264	3.061	-	3.061
Total		12.937	(897)	12.040	11.591	(594)	10.997

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	8.530	117	-	26	143	8.673	(897)	7.776
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	-	-	-	47	(8)	39
Máquinas e equipamentos	8.483	117		26	143	8.626	(889)	7.737
Em curso (1)	3.061	1.229	-	(26)	1.203	4.264	-	4.264
Total imobilizado	11.591	1.346	-	-	1.346	12.937	(897)	12.040

(1) Saldo referente à adição de R\$1.143 em máquinas e serviços e R\$86 em serviços de terceiros.

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	4.186	-	4.344	4.344	8.530	(594)	7.936
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	-	-	47	(7)	40
Máquinas e equipamentos	4.139	-	4.344	4.344	8.483	(587)	7.896
Em curso	2.013	5.392	(4.344)	1.048	3.061	-	3.061
Total imobilizado	6.199	5.392	-	5.392	11.591	(594)	10.997

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de depreciação foi de 3,51% (3,52% em 2023).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. A vida útil desses ativos é determinada de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

9. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização (%)	2024			2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		7.713	(844)	6.869	7.713	(603)	7.110
Ativo da concessão- GSF	3,13	7.713	(844)	6.869	7.713	(603)	7.110
Total		7.713	(844)	6.869	7.713	(603)	7.110

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	7.713	-	-	-	-	7.713	(844)	6.869
Ativo da concessão- GSF	7.713	-	-	-	-	7.713	(844)	6.869
Total	7.713	-	-	-	-	7.713	(844)	6.869

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	7.713	-	-	-	-	7.713	(603)	7.110
Ativo da concessão- GSF	7.713	-	-	-	-	7.713	(603)	7.110
Total	7.713	-	-	-	-	7.713	(603)	7.110

A Companhia avaliou o ativo intangível em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou indícios de perda do valor recuperável.

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7	03/01/2053

Política contábil

Compreendem os ativos referentes ao direito de extensão da outorga. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

10. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e Transporte de Energia	31	29
Materiais e Serviços	2.043	1.143
TOTAL	2.074	1.172

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 19.

11. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2024	2023
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	15	2
Pesquisa Expansão Sistema Energético	16	16
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	243	156
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	32	32
Pesquisa e Desenvolvimento (1)	1.013	882
CDE sobre P&D	10	10
	1.329	1.098
Circulante	325	776
Não Circulante	1.004	322

- (1) As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
ICMS	53	55
COFINS	132	124
PASEP	29	27
INSS	121	77
ISSQN	49	23
Outros	40	15
	424	321
Não circulante		
COFINS	1.706	1.264
PASEP	369	274
	2.075	1.538
TOTAL	2.499	1.859

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia era de R\$151.309, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

C

ada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2024	2023
Reserva legal	17.573	15.175
Retenção de lucros	43.198	40.718
	60.771	55.893
Reserva especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		20.296
Realização como dividendos adicionais 2022		(20.296)
Constituição reserva especial 2024		22.776
Saldo em 31 de dezembro de 2024		22.776

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.398 de reserva legal em 2024, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva Especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$22.776 em 2024, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

c) Remuneração dos Acionistas

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2024 e 2023 foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	47.951	42.994
Reserva legal constituída	(2.398)	(2.150)
	45.553	40.844
 Dividendos obrigatórios	 22.777	 20.422
Reserva de retenção de lucros	22.776	20.422
Total dos dividendos	45.553	40.844

d) Destinação do Resultado

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$47.951, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.398 para constituição de reserva legal;

- R\$22.777 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$22.776 para constituição de reserva especial, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo das reservas de retenção de lucros.

e) Dividendos

A Companhia registrou na reserva especial o montante de R\$22.776 referentes a dividendos adicionais propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

f) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.422
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	(20.422)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	22.777
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.777

g) Pagamentos dos dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022 (1)	20.296
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2023	20.422
	40.718

(1) Aprovados na PD n.º 115/2024

14. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento Industrial (1)	-	4.031
Transações com Energia na CCEE	7.167	1.610
Suprimento Cotas - Geração Própria	47.718	34.343
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	163	(922)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	17	13.146
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(24.736)	(23.853)
Fornecimento bruto de energia elétrica (b)	30.329	28.355
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	32.116	29.632
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (a)	(4.140)	(4.659)
	58.305	53.328

(1) Contrato de venda concluído em dez/23 e não houve nova contratação em 2024.

a) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Tributos sobre a Receita		
ICMS	121	840
COFINS	1.869	1.620
PIS-PASEP	405	351
	2.395	2.811
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	143	125
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	204	159
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	102	79
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	101	10
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.134	1.440
CDE sobre P&D	61	35
	1.745	1.848
	4.140	4.659

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

b) Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. O aumento no fornecimento bruto se justifica, principalmente, pelo aumento nas transações com energia na CCEE, que apresentou um aumento das sobras de energia no balanço em 2024 e redução do montante de fornecimento industrial. Um contrato de venda foi concluído em dez/23 e não houve nova contratação em 2024, ficando sobras de energia a serem liquidadas na CCEE.

c) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas demonstrações financeiras.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com

base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

15. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custo com energia elétrica

	2024	2023
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(18)
Encargos de Distribuição (1)	354	1.179
	354	1.161

- (1) Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel. A redução nas despesas com o transporte de energia de Itutinga se deu pela redução da TUSD a partir de jul/23 através da resolução ANEEL 3202 de 05/23. A tarifa passou de R\$2,63/kW (resolução anterior) para R\$0,54/kW (sem impostos).

b) Custos e despesas

	Custos		Despesas gerais e administrativas e Outras despesas operacionais (1)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	-	321	1.025	661	1.025	982
Materiais	272	161	18	27	290	188
Serviços de Terceiros (c)	6.272	5.894	1.230	1.194	7.502	7.088
Depreciação e amortização	628	541	-	-	628	541
Outros custos/despesas	-	23	3	745	3	768
TOTAL	7.172	6.940	2.276	2.627	9.448	9.567

- (1) As despesas gerais e administrativas se referem ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações vide nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras."

c) Serviços de Terceiros

	2024	2023
Manutenção, Conservação e Instalação (1)	999	700
Convênio de compartilhamento – O&M	4.290	4.330
Conservação e Limpeza de Prédios	773	612
Meio Ambiente	938	714
Tecnologia da Informação	185	208
Auditoria Externa	36	34
Consultoria	5	116
Vigilância	210	199
Outros	66	175
TOTAL	7.502	7.088

- (1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.070	3.083
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	103
Outras	134	56
	2.204	3.242
Despesas Financeiras		
Outras Variações monetárias	(100)	(93)
Juros Passivos de Arrendamento	(24)	(27)
Outras	(5)	(4)
	(129)	(124)
RESULTADO FINANCEIRO	2.075	3.118

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de Renda	313	208
Contribuição Social	221	229
TOTAL	534	437

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda	1.104	950
Contribuição Social	583	501
TOTAL	1.687	1.451

c) Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	54.892	54.892
ICMS ST	(121)	(121)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	4.382	6.573
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.036	2.036
Outras Receitas Financeiras	106	106
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.523	8.714
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	978	784
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	628	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.607	784
Rendas de aplicações	2.070	2.070
Rendas de aplicações resgatadas	2.036	2.036
Rendas de aplicações não resgatadas	34	34
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	9	3
Receita por competência diferida	7.536	7.536
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	603	904
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	151	81
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(19)	(29)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(5)	(3)
Corrente	1.607	784
Diferido	154	82

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	39.638	39.638
ICMS ST	(71)	(71)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	3.165	4.748
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	4.293	4.293
Outras Receitas Financeiras	23	23
Base de Cálculo Lucro Presumido	7.481	9.064
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.122	816
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	724	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.846	816
Ajuste de ECF	(11)	(5)
Rendas de aplicações	3.083	3.083
Rendas de aplicações resgatadas	(4.293)	(4.293)
Rendas de aplicações não resgatadas	(1.210)	(1.210)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(303)	(109)
Receita por competência diferida	6.120	6.120
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	490	734
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	122	66
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(19)	(29)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(5)	(3)
Diferimento suprimento não faturado outros	10.005	10.005
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	800	1.201
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Suprimento Não Faturado	200	108
Corrente	1.835	811
Diferido	15	63

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	324	318	-	-	3.859	2.775	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	31	29	-	-	(353)	(1.176)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	408	-	-	-	(408)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	317	-	-	-	(1.088)	(269)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	772	610	-	-	(4.290)	(4.330)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	22.777	20.422	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$45.553. Os detalhes acerca da composição e movimentação de Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 13.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.455	1.983	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.261	4.353	-	-	80	43	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.230	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	77	59
Participação nos resultados	21	14
Previdência privada	5	5
Total (1)	103	78

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores	2	6.258	6.258	4.753	4.753
Ativos financeiros da Concessão	3	211.142	211.142	203.762	203.762
		217.400	217.400	208.515	208.515
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.455	1.455	2.086	2.086
<i>Títulos e Valores Mobiliários</i>					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	1	-	-	416	416
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.783	3.783	2.683	2.683
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	662	662	1.210	1.210
Debêntures	2	46	46	44	44
		5.946	5.946	6.439	6.439
		223.346	223.346	214.954	214.954
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(2.074)	(2.074)	(1.172)	(1.172)
Passivo de Arrendamento	2	(308)	(308)	(439)	(439)
		(2.382)	(2.382)	(1.611)	(1.611)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário,

estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.559	446	48	4	17	2.074
Passivo de Arrendamento	8	8	90	194	98	398
TOTAL	1.567	454	138	198	115	2.472

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são

ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Perdas de créditos esperadas

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida por suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como as indenizações a receber dos ativos de geração.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Itutinga S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda, a ser emitido em 30-06-2025, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025.

Nelson Tamietti, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal